



SOLSIL - Associação de Solidariedade Social do Silveiro

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2019



Balço em 31 de Dezembro de 2019

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2019	31-12-2018
ATIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1 535 184,34	1 554 128,42
Investimentos financeiros	17.14	7 281,01	4 138,88
	SOMA	1 542 465,35	1 558 267,30
Activo Corrente			
Inventários	9	4 033,40	4 877,46
Créditos a receber	17.1	5 990,36	30 583,69
Estados e outros entes públicos	17.6	2 299,52	6 715,53
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.13	20 766,20	16 038,34
Diferimentos	17.3	6 715,89	9 303,90
Outros ativos correntes	17.2	44 740,02	71 771,06
Caixa e depósitos bancários	17.4	184 162,99	196 797,57
	SOMA	268 708,38	336 087,55
Total do activo		1 811 173,73	1 894 354,85
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	17.5	48 337,86	48 337,86
Resultados transitados	17.5	635 463,39	714 228,41
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	17.5	944 264,40	963 126,85
	SOMA	1 628 065,65	1 725 693,12
Resultado líquido do período		-30 880,61	-78 765,02
Total do fundo de capital		1 597 185,04	1 646 928,10
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7	590,27	7 261,63
	SOMA	590,27	7 261,63
Passivo corrente			
Fornecedores	17.16	24 951,49	30 619,73
Estado e outros entes públicos	17.6	31 942,81	28 343,74
Financiamentos obtidos	7	6 551,38	6 431,40
Diferimentos	17.3	4 078,76	22 921,34
Outras passivos correntes	17.7	145 873,98	151 848,91
	SOMA	213 398,42	240 165,12
Total do passivo		213 988,69	247 426,75
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 811 173,73	1 894 354,85

**Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31.12.2019**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	10	581 218,10	581 899,45
Subsídios, doações e legados à exploração	10, 12, 17.8	817 113,20	787 245,69
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	135 762,18	142 108,78
Fornecimentos e serviços externos	17.9	230 646,36	239 450,72
Gastos com o pessoal	15	1 015 733,00	1 039 868,45
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	17.15	13 269,19	
Outros rendimentos	17.10	45 578,33	49 807,73
Outros gastos	17.11	6 543,63	5 226,55
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		41 955,27	- 7 701,63
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	72 635,92	70 731,51
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		- 30 680,65	- 78 433,14
Juros e gastos similares suportados	17.12	199,96	331,88
Resultado antes de impostos		- 30 880,61	- 78 765,02
Resultado líquido do período		- 30 880,61	- 78 765,02



Demonstração de Fluxos de Caixa em 31.12.2019

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		592 923,44 €	586 300,64 €
Pagamentos a fornecedores		- 370 341,57 €	- 367 096,20 €
Pagamentos ao pessoal		-1 039 810,47 €	-1 031 352,09 €
Caixa gerada pelas operações		- 817 228,60 €	- 812 147,65 €
Pagamentos/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		856 310,33 €	787 071,23 €
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		39 081,73 €	- 25 076,42 €
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		- 53 178,84 €	- 69 797,84 €
Investimentos financeiros		- 3 142,13 €	- 1 489,10 €
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			2 214,00 €
Subsídios ao investimento		10 245,38 €	
Juros e rendimentos similares		1 117,04 €	
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		- 44 958,55 €	- 69 072,94 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		- 6 551,38 €	- 6 431,40 €
Juros e gastos similares		- 206,38 €	- 339,53 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		- 6 757,76 €	- 6 770,93 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2+ 3)		- 12 634,58 €	- 100 920,29 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		196 797,57 €	297 717,86 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17.4	184 162,99 €	196 797,57 €



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

1. Identificação da Entidade

A SOLSIL - Associação de Solidariedade Social do Silveiro é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social com estatutos publicados no Diário da República n.º 72 de 26/03/1992, Série III, com sede na Rua das Areias, nº 46, 3700 - 066 Oiã. Tem como atividades principais para a prossecução dos seus fins:

- Atividades de Apoios à Comunidade:
 - ✓ Fisioterapia;
 - ✓ Gabinete Médico e de Enfermagem/Análises Clínicas;
 - ✓ Lavandaria;
 - ✓ Serviços de Refeição; e
 - ✓ Atividades Desportivas.
- Centro de Atividades de Tempos Livres;
- Creche;
- Pré-Escolar;
- Centro de Acolhimento Temporário;
- Centro de Convívio;
- Centro de Dia;
- Lar;
- Serviço de Apoio Domiciliário;
- Serviço de Psicologia;
- Terapia da Fala.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:



- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI); e
- Portaria n.º 8257/2015 de 29 de Julho.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2019.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.



3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos” .

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas



contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.3.

3.3.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra em abaixo:

Edifícios e outras construções: 50 Anos

Edificações ligeiras: 6 anos

Equipamento básico: 6 Anos

Equipamento de transporte: 5 Anos



Equipamento administrativo: 6 Anos

Equipamento informático: 5 Anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos e ganhos*” ou “*Outros gastos e perdas*”.

3.3.2. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “*Despesas de investigação*” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Outros activos Fixos Intangíveis: 5 anos

Programas de Computador: 3 Anos



O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.3.3. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados, e não estão diretamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.3.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resultar numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;



- Alterações na taxa de câmbio
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são apresentadas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra



em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.3.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.3.6. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de acontecimentos passados e os quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.



Handwritten signature and mark.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. No entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.3.7. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*



Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2016 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.8 Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do activo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transacção e não da forma do contrato. Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os activos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos activos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados do exercício a que respeitam. Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.



5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01/01/2019	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2019
CUSTO DE AQUISIÇÃO						
Bens do domínio público						
Bens do património HAC						
Outros activos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	136 505,45					136 505,45
Edifícios e outras construções	1 925 792,22					1 925 792,22
Equipamento básico	547 541,99	36 449,42				583 991,41
Equipamento de transporte	256 460,11					256 460,11
Equipamento Administrativo	106 174,81	692,94				106 867,75
Outros activos fixos tangíveis	8 724,83					8 724,83
Investimentos em Curso	58 698,68	16 549,48				75 248,16
TOTAL	3 039 898,09	53 691,84		0,00		3 093 589,93
DEPRECIAÇÕES						
Bens do domínio público						
Bens do património HAC						
Outros activos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	660 123,78	38 284,05				698 407,83
Equipamento básico	506 110,21	13 861,66				519 971,87
Equipamento de transporte	225 880,35	16 360,95				242 241,30
Equipamento Administrativo	85 353,39	3 903,90				89 257,29
Outros activos fixos tangíveis	8 301,94	225,36				8 527,30
TOTAL	1 485 769,67	72 635,92		0,00		1 558 405,59
VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	1 554 128,42					1 535 184,34



6. Ativos Intangíveis

Não aplicável.

7. Locações

A Entidade detinha uma locação financeira cujo os valores contabilísticos:

Descrição	Valor de aquisição	Amortização acumuladas	Valor contabilístico	Valor em dívida	Não corrente	Corrente
Contrato leasing N.º 4093421 71-SD-27	35 547,00	21 328,20	14 218,80	7 141,65	590,27	6 551,38
Total						

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Ver nota 3.2.8.

9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2019	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário em 31-Dez-2019	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
Mercadorias					
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	4.877,46	134.794,42	123,70	4.033,40	135.762,18
Produtos Acabados e Intermédios					
Produtos e Trabalhos em curso					
TOTAL	4.877,46	134.794,42	123,70	4.033,40	135.762,18

Descrição	Inventário em 01-Jan-2018	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário em 31-Dez-2018	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
Mercadorias					
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	6.176,50	140.572,30	237,44	4.877,46	142.108,78
Produtos Acabados e Intermédios					
Produtos e Trabalhos em curso					
TOTAL	6.176,50	140.572,30	237,44	4.877,46	142.108,78



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

De referir que os valores da rubrica “*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*” se desdobram da seguinte forma em 2018:

- Matérias-primas: 3.560,48€;
- Matérias Subsidiárias: 472,92 €; e
- Matérias de Consumo: 0,00€.



10. Rédito

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubrica	2019	2018	Variação Nominal	Variação %
Prestação de Serviços	581 218,20	581 899,45	-681,25	-0,12%
Quotas de utilizadores	402 729,24	396 876,66	5 852,58	1,47%
Creche	79 775,85	78 559,29	1 216,56	1,55%
Infantário/Pré-Escolar	49 991,15	56 329,92	-6 338,77	-11,25%
A.T.L.	26 335,91	24 812,55	1 523,36	6,14%
Centro de Convívio	3 130,66	2 287,02	843,64	36,89%
Centro de Dia	32 871,68	28 493,31	4 378,37	15,37%
Lar	163 878,95	163 889,26	-10,31	-0,01%
Apoio Domiciliário	46 745,04	42 505,31	4 239,73	9,97%
Quotas e Jóias	12 909,00	12 427,50	481,50	3,87%
Serviços secundários	165 579,96	172 595,29	-7 015,33	-4,06%
Subsídios, doações e legados à exploração	817 113,20	787 245,69	29 867,51	3,79%
Instituto da Segurança Social	780 887,61	741 401,08	39 486,53	5,33%
Creche	170 440,29	149 076,28	21 364,01	14,33%
Infantário/Pré-Escolar	75 709,35	75 888,01	-178,66	-0,24%
A.T.L.	15 765,12	15 779,42	-14,30	-0,09%
Centro de Convívio	11 109,74	9 411,84	1 697,90	18,04%
Centro de Dia	20 607,40	20 416,02	191,38	0,94%
Lar	115 605,51	111 643,31	3 962,20	3,55%
Apoio Domiciliário	64 711,80	62 627,80	2 084,00	3,33%
C.A.T.	306 938,40	296 558,40	10 380,00	3,50%
Outras Entidades	36 225,59	45 844,61	-9 619,02	-20,98%
Outros Rendimentos e Ganhos	44 461,29	49 807,73	-5 346,44	-10,73%
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	833,96	962,54	-128,58	-13,36%
Sinistros		2 214,00	-2 214,00	-100,00%
Correções exercícios anteriores	5 062,44	4 485,49	576,95	12,86%
Imputação de subsídios ao investimento	29 107,83	29 107,83	0,00	0,00%
Donativos	8 225,06	10 962,19	-2 737,13	-24,97%
Outros não especificados	1 232,00	2 075,68	-843,68	-40,65%
Juros Obtidos	1 117,04	0,00	1 117,04	
TOTAL	1 443 909,73	1 418 952,87	24 956,86	1,76%



11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2019	2018	Variação Nominal	Variação %
Subsídios do Governo	780 887,61	741 401,08	39 486,53	5,33%
Instituto da Segurança Social	780 887,61	741 401,08	39 486,53	5,33%
Apoios do Governo	36 225,59	45 844,61	-9 619,02	-20,98%
Instituto da Segurança Social		18 089,44	-18 089,44	-100,00%
Centro de Emprego de Águeda	24 223,56	11 912,22	12 311,34	103,35%
Junta de Freguesia de Oiã	809,00	700,00	109,00	15,57%
Câmara Municipal de Oliveira do Bairro	11 057,33	11 990,50	-933,17	-7,78%
Santa Casa Misericórdia de Lisboa		2 860,00	-2 860,00	-100,00%
Outros	135,70	292,45	-156,75	-53,60%
TOTAL	817 113,20	787 245,69	29 867,51	3,79%

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

14. Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável.

15. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos/sociais, nos períodos de 2019 e 2018, foram, respetivamente 4 em cada ano.

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2019 foi de 81 e em 2018 foi de 84, sendo que à data de 31/12/2019 eram 76 funcionários e à data de 31/12/2018 eram 82.



É de realçar que durante o ano de 2019 e de 2018 a Entidade recebeu apoios à contratação de funcionário, tais como, estágios profissionais, estímulos emprego e contratos de emprego inserção.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018	Variação Nominal	Variação %
Remuneração aos Órgãos Sociais				
Remuneração ao Pessoal	808 309,05	835 357,73	-27 048,68	-3,24%
Benefícios Pós-Emprego				
Indemnizações				
Encargos sobre Remunerações	177 867,15	186 877,77	-9 010,62	-4,82%
Seguro de Acidentes de Trabalho	8 241,66	9 915,69	-1 674,03	-16,88%
Gastos de Ação Social				
Outros Gastos com Pessoal	21 315,14	7 717,26	13 597,88	176,20%
TOTAL	1 015 733,00	1 039 868,45	-24 135,45	-2,32%

O quadro em baixo demonstra a gastos com o pessoal descontados dos subsídios recebidos para apoio à contratação de funcionários:

	2019	2018	Variação Nominal	Variação %
Gastos c/ Pessoal	1 015 733,00	1 039 868,45	-24 135,45	-2,32%
Subsídios à exploração	24 223,56	11 912,22	12 311,34	103,35%
Gasto Líquido	991 509,44	1 027 956,23	-36 446,79	-3,55%

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Main body of handwritten text, consisting of several lines of cursive script.

Second section of handwritten text, continuing the narrative or list.

Third section of handwritten text, appearing as a distinct paragraph.

Final section of handwritten text at the bottom of the page.

Vertical handwritten text on the left margin.

Small handwritten mark or signature at the bottom center.



17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1. Créditos a receber

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2019	2018
Cientes e Utentes		
Cientes	5 990,36	30 583,69
Utentes		
Utentes de Cobrança Duvidosa	14 106,91	1 689,72
Sub-Total	20 097,27	32 273,41
Perdas por imparidade acumuladas		
Utentes	14 106,91	1 689,72
Sub-Total	14 106,91	1 689,72
Total	5 990,36	30 583,69

17.2. Outras ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Devedores por acréscimo de rendimentos	42 288,07	53 647,06
A.A.A.F. - Município de Ol. Do Bairro		14 787,35
Comparticipação I.G.F.S.S.	39 553,83	36 481,91
Subsídio Autonomia CAT - Município de Ol. Do Bairro	2 326,24	2 377,80
Festa de Natal	408,00	0,00
Outros devedores	2 344,42	18 124,00
I.E.F.P. - Apoios à contratação de pessoal		16 461,29
Empréstimos a Utentes	2 028,35	1 373,69
Outros	316,07	289,02
Adiantamento de fornecedores	107,53	
Total	44 740,02	71 771,06



17.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Gastos a reconhecer		
Seguros	4 282,71	4 196,95
Trabalhos Especializados	301,85	849,79
Higiene, Saúde e Conforto	1 348,89	3 400,78
Material Didático		782,58
Material da Secretaria	782,44	73,80
TOTAL	6 715,89	9 303,90
Rendimentos a reconhecer		
Subsídio Exploração (CAT)	4 078,76	1 006,44
Subsídio Exploração -IEFP		21 914,90
TOTAL	4 078,76	22 921,34

17.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2019	2018	Variação Nominal	Variação %
Caixa	859,34	161,55	697,79	431,93%
Depósitos à ordem	75 803,65	106 023,89	-30 220,24	-28,50%
Depósitos a prazo	107 500,00	90 612,13	16 887,87	18,64%
TOTAL	184 162,99	196 797,57	-12 634,58	-6,42%

17.5. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01/01/2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31/12/2019
Fundos	48.337,86			48,337.86
Excedentes Técnicos				
Reservas				
Resultados Transitados	714.228,41		78.765,02	635.463,39
Excedentes de Revalorização				
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	963.126,85	10.245,38	29.107,83	944.264,40
TOTAL	1.725.693,12	10.245,38	107.872,85	1.628.065,65



17.6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Ativo		
IVA	2 299,52	6 715,53
Total	2 299,52	6 715,53
Passivo		
IRS	3 030,50	3 294,84
IVA	8 692,67	5 381,10
Segurança Social	19 827,22	19 388,04
Outros Impostos e Taxas	392,42	279,76
Total	31 942,81	28 343,74

17.7. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Pessoal - Remunerações a pagar	0,00	1 336,25
Credores por acréscimos de gastos	125 488,75	145 459,99
Outros Credores	20 186,56	4 565,20
Adiantamentos de clientes e utentes	198,67	487,47
TOTAL	145 873,98	151 848,91

17.8. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2018
Subsídios de outras entidades	816.977,50	786.953,24
Doações	135,70	292,45
Heranças		
Legados		
Total	817.113,20	787.245,69

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

**17.9. Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018	Variação Nominal	Variação %
Trabalhos especializados	7 759,18	14 909,71	-7 150,53	-47,96%
Publicidade e propaganda	1 618,43	1 485,43	133,00	8,95%
Vigilância e segurança	977,07	413,16	563,91	136,49%
Honorários	21 109,25	12 315,50	8 793,75	71,40%
Conservação e reparação	25 498,41	32 787,62	-7 289,21	-22,23%
Serviços Bancários	1 739,21	3 438,56	-1 699,35	-49,42%
Ferramentas e utensílios de	1 887,00	1 966,08	-79,08	-4,02%
Material de escritório	3 959,45	4 728,11	-768,66	-16,26%
Outros Materiais	25 902,22	22 871,77	3 030,45	13,25%
Eletricidade	38 588,07	40 964,62	-2 376,55	-5,80%
Combustíveis	33 054,39	35 742,16	-2 687,77	-7,52%
Água	14 263,61	13 783,84	479,77	3,48%
Deslocações e estadas	276,54	310,69	-34,15	-10,99%
Transportes de pessoal	582,00	666,00	-84,00	-12,61%
Transporte de Mercadorias	9,23	6,77	2,46	36,34%
Rendas e alugueres	4 450,00	4 200,00	250,00	5,95%
Comunicação	5 177,60	4 657,92	519,68	11,16%
Seguros	7 437,74	7 737,84	-300,10	-3,88%
Contencioso e notariado	182,00	135,00	47,00	34,81%
Despesas de representação	118,00	40,96	77,04	188,09%
Limpeza, higiene e conforto	20 435,75	18 259,42	2 176,33	11,92%
Outros serviços	15 621,21	18 029,56	-2 408,35	-13,36%
TOTAL	230 646,36	239 450,72	-8 804,36	-3,68%



17.10. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	833,96	962,54
Sinistros		2 214,00
Correções exercícios anteriores	5 062,44	4 485,49
Imputação de subsídios ao investimento	29 107,83	29 107,83
Donativos	8 225,06	10 962,19
Outros não especificados	1 232,00	2 075,68
Juros Recebidos	1 117,04	
Total	45 578,33	49 807,73

O comparativo está desenvolvido no Ponto 10.

17.11. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018	Variação Nominal	Variação %
Impostos	670,01	1 561,35	-891,34	-57,09%
Descontos de p.p. concedidos	2,00		2,00	
Dívidas incobráveis	180,00		180,00	
Correções exercícios anteriores	3 878,32	3 062,55	815,77	26,64%
Donativos	30,00	35,00	-5,00	-14,29%
Quotizações	610,00	560,00	50,00	8,93%
Multas e Penalidades	1 166,88		1 166,88	
Juros de Mora	6,42	7,65	-1,23	-16,08%
TOTAL	6 543,63	5 226,55	1 317,08	25,20%

17.12. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de "Juros e gastos similares suportados" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018	Variação Nominal	Variação %
Juros de Leasing	199,96	331,88	-131,92	-39,75%
TOTAL	199,96	331,88	-131,92	-39,75%

100

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

PHYSICS DEPARTMENT

PHYSICS 435

LECTURE 10

STATISTICAL MECHANICS

ENTROPY

AND THE SECOND LAW

OF THERMODYNAMICS

LECTURER

DATE

TOPIC

REMARKS

REMARKS

REMARKS

REMARKS

REMARKS

REMARKS

REMARKS

**17.13. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros**

O saldo da rubrica de "Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Quotas e Outros Serviços	20.766,20	16.038,34
Quotas de cobrança duvidosa	4.389,00	3.537,00
Sub-Total	25.155,20	19.575,34
Perdas por imparidade acumuladas		
Quotas	4.389,00	3.537,00
Sub-Total	4.389,00	3.537,00
Total	20.766,20	16.038,34

17.14. Investimentos Financeiros

A Entidade regista na rubrica de Investimentos Financeiros o valor de 7.281,01 € em 2019 sendo 5.921,09 € ao Fundo de Compensação do Trabalho e 1.359,92 € referente ao Fundo de Reestruturação do Setor Splidário e de 4.138,88 € em 2018 referente ao Fundo de Compensação do Trabalho, situação esta que é de obrigação/imposição legal.

17.15. Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)

O saldo da rubrica de "Perdas por Imparidade" e de "Reversões" é discriminado da seguinte forma:

	2019	2018
Perdas por imparidade de dívidas a receber	13 269,19	
Reversões de perdas por imparidade de dívidas a receber		
Demonstração de Resultados (perdas/reversões)	13 269,19	0,00

O valor registado em imparidades diz respeito a:

- Quotas de sócios: 852,00 €;
- Município de Oliveira do Bairro por serviços prestados (injunção instaurada em 2019): 12.417,19 €.

**17.16. Fornecedores**

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	24.951,49	30.619,73
Fornecedores títulos a pagar		
Fornecedores faturas em receção e conferência		
TOTAL	24.951,49	30.619,73

A Instituição à data de 31/12/2019 tem uma garantia bancária no valor de 5.000 euros a favor do fornecedor BP Portugal Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A..

17.17. Número médio de utentes por valência

No quadro abaixo indicado é apresentado o número médio de utentes por valência:

Quadro 1 – Utentes que frequentaram a Instituição

Valências	2019	2018	Variação Nominal	Variação %
Creche	53	55	-2	-3,64%
Pré-Escolar	35	41	-6	-14,63%
C.A.T.L.	34	35	-1	-2,86%
C.A.T.	18	20	-2	-10,00%
Centro de Convívio	16	15	1	6,67%
Centro de Dia	15	15	0	0,00%
Lar	22	22	0	0,00%
S.A.D.	21	18	3	16,67%
TOTAL	214	221	-7	-3,17%

**Quadro 2 – Utentes que não foram comparticipados pelo I.G.F.S.S.**

Valências	Utentes Reais	Utentes Comparticipados	Utentes Não Comparticipados
Creche	53	52	1
Pré-Escolar	35	36	-1
C.A.T.L.	34	28	6
C.A.T.	18	20	-2
Centro de Convívio	16	18	-2
Centro de Dia	15	15	0
Lar	22	22	0
S.A.D.	21	15	6
TOTAL	214	206	8

17.17. Acontecimentos após a data do Balanço

Em março de 2020, foi declarado pela Organização Mundial da Saúde uma pandemia à escala global denominada por COVID19. Um pouco antes, mas mais fortemente após essa data, o Mundo como o conhecíamos mudou radicalmente, sofrendo em termos de vidas humanas e de constrangimentos nunca vistos na atividade económica.

Quando no passado dia 25 de março foi comemorado os 25 anos do Espaço Schengen, estavam a generalidade das fronteiras reerguidas, com a exceção para a circulação de trabalhadores transfronteiriços e mercadorias. Embora existisse a possibilidade de circulação de mercadorias aquelas tiveram (têm) um impacto significativo na circulação de bens, o que irremediavelmente afetará o tráfego numa medida e extensão que neste momento ainda não são quantificáveis.

Salientamos que tais factos poderão ter, provavelmente, um efeito negativo sobre a atividade e a rentabilidade da Entidade durante o exercício económico de 2020, não sendo, neste momento, possível fazer a quantificação dos seus efeitos nas demonstrações financeiras daquele exercício que está dependente, entre outros, da dimensão temporal e profundidade desta pandemia, assim como da obtenção dos meios financeiros necessários para ultrapassar a fase mais crítica da situação.

De facto, já em abril se registou, por um lado, uma quebra nas prestações de serviços de 54,13%, em maio 35,17%.



Assim, apesar dos impactos (ou potenciais impactos) decorrentes do aparecimento da pandemia COVID-19, reafirmamos, que o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras, se mantém apropriado.

De acordo com as normas contabilísticas, este evento foi considerado pela gestão como um evento subsequente não ajustável.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2019 foram aprovadas Assembleia-Geral em 26 de Junho de 2020.

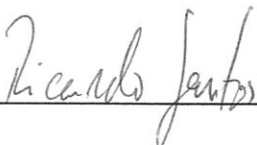



Silveiro, 29 de Maio de 2020

O Contabilista Certificado N.º 84833

Em representação da Sociedade de Contabilidade

Santos & Cruz, Lda




A Direção

Rácios

Moeda: Euros

Rácios Financeiros		2017	2018	2019
Ativo Corrente (Circulante)	Ativo Corrente	0,00	0,00	0,00
Ativo Corrente (Maneável)	Ativo Corrente - Inventários	0,00	0,00	0,00
Fundos Permanentes	Fundos Patrimoniais + Passivo Não Corrente	1.774.925,38	1.660.621,13	1.604.326,69
Liquidez Geral	Ativo Corrente (Circulante)	0,00	0,00	0,00
	Passivo Corrente			
Liquidez Reduzida	Ativo Corrente - Inventários	0,00	0,00	0,00
	Passivo Corrente			
Liquidez Imediata	Meios Financeiros Líquidos	0,90	0,79	0,89
	Passivo Corrente			
Solvabilidade Geral	Fundos Patrimoniais	7,82	6,67	7,47
	Passivo			
Solvabilidade Reduzida	Fundos Patrimoniais	87,20	120,27	223,64
	Passivo Não Corrente			
Autonomia Financeira	Fundos Patrimoniais	0,89	0,87	0,88
	Ativo			
Cobertura do Investimento	Fundos Permanentes	0,00	0,00	0,00
	Investimentos Líquidos			
Cobertura de Encargos Financeiros	Res. Liq. Antes Impost. + Enc. Fin. Líquidos	-26,65	-26,65	-26,65
	Encargos Financeiros Líquidos			
Estrutura Endividamento	Fundos Permanentes	88,25	121,36	224,80
	Passivo Não Corrente			
Endividamento	Passivo	0,11	0,13	0,12
	Fundos Patrim. + Passivo			
Deb to Equity Ratio	Passivo	0,13	0,15	0,13
	Fundos Patrimoniais			

		2017	2018	2019
Rotação do Ativo	Volume de Negócios	0,29	0,31	0,32
	Ativo			
Tempo Médio Recebimentos	Dívidas de Terceiros * 365 Dias	34,18	34,18	34,18
	Volume de Negócios			
Tempo Médio de Pagamentos	Fornecedores * 365 Dias	18,35	30,51	24,75
	Compras + FSE			

Rácios

Moeda: Euros

Rácios Económicos		2017	2018	2019
Rendibilidade do Ativo	Resultado Líquido do Período	-0,02	-0,02	-0,02
	Ativo			
Rendibilidade dos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	-0,02	-0,02	-0,02
	Fundos Patrimoniais			
Rendibilidade das Vendas (ou Margem das Vendas)	Resultado Líquido do Período	-0,05	-0,05	-0,05
	Vendas			
Rendibilidade Operacional das Vendas	Resultados Operacional	-0,05	-0,05	-0,05
	Vendas			
Cash-Flow	R.L.P. + Gastos de Dep. e Amort. + Prov. do Período	41.755,31	41.755,31	41.755,31
Valor Acrescentado Bruto (VAB)	Cash Flow + Gastos c Pes. + Gastos e Perdas de Fin.	1.057.694,69	1.057.694,69	1.057.694,69